

	Data de nascimento
Euclides Lopes de Souza	10-9-1962
Marilene Souza Lopes	24-3-1964
José Zacarias dos Santos	6-9-1954
Neivaldo Bento Lima de Carvalho	21-3-1970
Eliza Vianna dos Santos	7-8-1977
Saul Vieira dos Santos	23-9-1975
Rosicler da Silva Azevedo	24-1-1968
Vanessa Ramos Coelho Martins	21-11-1977
Cesario Alves da Silva	29-10-1963
Otoniel Santiago do Nascimento	2-1-1970

15 de Maio de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 14294/2008

Lista n.º 43/08

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 09 de Maio de 2008, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Claudio José Basilio de Lima	03-10-66
Amauri Florentino	24-09-68
Deivision da Silva Soares	17-04-81
Samuel Renato Lucas	11-10-65
Ivanucia Janete Bernardo	01-03-74
Silvia Kelly Vilela Maia Gandra	29-05-76
Polyanna Tiburcio da Silva	20-11-82
Kleyton Almeida Machado	02-11-87
Valdione dos Santos Vieira	29-08-71
Monica Onofre da Silva Porto de Araujo	02-05-89
Edson José Trajano	12-12-67
Vanilda do Nascimento	26-03-63
Elizamar Marques Freitas	17-12-81
Eliane de Santa Isabel Monteiro	06-01-63

15 de Maio de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 1136/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 4292/2007 *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47 de 7 de Março de 2007), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que: onde se lê: “natural de Ribeira Grande, República de Cabo Verde” deve ler-se: “natural da freguesia das Neves, República Democrática de São Tomé e Príncipe”

27 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 14295/2008

Nos termos do artigo 95.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, director-adjunto do Centro de Estudos Judiciários para o 1.º ciclo do curso de formação teórico-prática e para a formação contínua, referido na alínea a) do n.º 1 do mesmo artigo, o juiz desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa Dr. Manuel José Aguiar Pereira, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício dessas funções, como se evidencia na síntese curricular publicada em anexo.

Foi ouvido o conselho de gestão do Centro de Estudos Judiciários (que se mantém em funções nos termos do artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro), que se pronunciou favoravelmente.

Foi obtida a autorização do Conselho Superior da Magistratura.

13 de Maio de 2008. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

Manuel José Aguiar Pereira nasceu a 24 de Fevereiro de 1955 na freguesia de Custóias do Douro, do concelho de Vila Nova de Foz Côa. É casado e tem três filhas. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 4 de Outubro de 1978 (Curso Jurídico 1973-1978), na vertente de Ciências Jurídicas. Exerceu advocacia em Coimbra entre 1980 e 1983 e, de 1979 a 1983, funções de assessor jurídico do general comandante da Região Militar do Centro. Frequentou no Centro de Estudos Judiciários o IV Curso Especial de Formação da Magistratura Judicial, com início em Setembro de 1983 e conclusão em Maio de 1986, tendo sido colocado em regime de estágio na comarca de Tomar. Exerceu funções de juiz de direito nas comarcas de São Roque do Pico (1986 e 1987), Ferreira do Zêzere (1988), Tomar (1989 e 1990), Ourém (em acumulação) e Santarém. Exerceu funções como juiz de direito no círculo judicial de Santarém de Outubro de 1991 a Julho de 2004.

Foi colocado em funções como juiz desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa (6.ª Secção Cível) em Setembro de 2004, tendo sido promovido à categoria de juiz desembargador por deliberação do plenário do Conselho Superior da Magistratura de 18 de Julho de 2006. É membro fundador e presidente da direcção da Associação Forense de Santarém, tendo coordenado a respectiva actividade desde a sua constituição, em 31 de Maio de 2001, e promovido e moderado, nessa qualidade, debates sobre temas relativos à prática judiciária, alguns dos quais no âmbito do Congresso da Justiça realizado em Dezembro de 2003. Entre 1993 e 1995 integrou os corpos gerentes da Delegação Regional do Sul da Associação Sindical dos Juizes Portugueses. Integra actualmente o conselho geral da Associação Sindical dos Juizes Portugueses. Foi eleito membro do Conselho Superior da Magistratura em 1995, tendo exercido funções como vogal, entre Dezembro de 1995 e Março de 1998. Representou o Conselho Superior da Magistratura em contactos internacionais, em especial no âmbito da formação de magistrados. Integrou, por nomeação do Ministro da Justiça, e a partir de Outubro de 2004, um grupo de trabalho constituído no Ministério da Justiça tendo em vista a apresentação de medidas no âmbito do Pacto de Regime para a Justiça, tendo sido co-autor dos projectos apresentados para a revisão do sistema de recursos em processo civil e da actual lei de organização e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários e participado nos debates públicos sobre a reforma do sistema de recursos em processo civil (Maio de 2005). Desde Novembro de 2004 exerceu, em regime de acumulação, funções de director da Delegação de Lisboa do Centro de Estudos Judiciários para a Magistratura Judicial, coordenando o ciclo de actividades dos auditores de justiça nos tribunais e os estágios da magistratura judicial no distrito judicial de Lisboa. Ainda no âmbito do Centro de Estudos Judiciários integrou os júris de exame das provas escritas em 2006 e 2007 (prova de direito civil e processual civil e direito comercial). Teve intervenção em diversos seminários e debates sobre temas de âmbito judiciário, destacando a participação, em 2004, na Bial de Jurisprudência de Direito de Família e, em representação do Centro de Estudos Judiciários, no I Encontro Internacional de Magistrados realizado em Agosto de 2005 no Brasil e no FOR-JVS 2006 International Forum of Judges and Representatives from Justice (cujo comité organizador internacional integrou), realizado em Agosto de 2006 em Vitória do Espírito Santo (Brasil), tendo ali apresentado duas comunicações: «As medidas recentes do combate à criminalidade organizada em Portugal» e «Comentários sobre o combate à corrupção em Portugal». Em 6 e 7 de Novembro de 2006 representou em Skopje — Macedónia o Centro de Estudos Judiciários na Conferência de Abertura da Academy for Training of Judges and Prosecutors (Macedónia), tendo apresentado uma comunicação sobre a formação de magistrados em Portugal. No âmbito do Programa Pir Palop II, entre 8 e 12 de Outubro de 2007, orientou, no Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Moçambique, um curso sobre fundamentação dos actos judiciais a candidatos às magistraturas judicial e do ministério público de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Despacho n.º 14296/2008

Nos termos previstos no artigo 112.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, é dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço do director nacional adjunto da Polícia Judiciária, o procurador-geral adjunto, Dr. Joaquim Baltazar Pinto.

O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Maio de 2008.

13 de Maio de 2008. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.